

28 MAI 1987

ANC P-3

ANC

Invasão e desafio

FLORESTAN FERNANDES

FOLHA DE SÃO PAULO

A técnica tradicional de pressão política, no interior do Parlamento brasileiro, era a de manifestação da galeria. Para neutralizá-la, concebeu-se recentemente uma tática medrosa: limitou-se o número dos que podem ter acesso às galerias. Duzentas pessoas seria o número tolerável, pelo que se descobriu recentemente, quando os professores em greve, de Brasília, tentaram uma ocupação em massa dos lugares. A custo chegou-se a trezentos, depois a quatrocentos lugares. Por fim, quando se descobriu que nenhuma legitimava a proibição, os que puderam subir lotaram o recinto.

Temia-se a "baderna"; mas não houve nenhuma perturbação dos trabalhos. Os professores comportaram-se com civilidade e demonstraram que o Brasil já ultrapassou o limite das lutas políticas primárias, ao nível dos que reivindicam. O primarismo, juntamente com a violência e a repressão, corre por conta dos "defensores da ordem".

Nesta fase, na qual se realiza uma espécie de auditoria do Brasil real, a pressão política desenrola-se ao nível das subcomissões, com lances por vezes emocionantes, pungentes e memoráveis. Por várias vias, gente de diversas categorias sociais, profissionais, étnicas e raciais surge no centro do palco e assume o papel de agente, de senhor da fala. Um indígena, um negro, um portador de defeito físico, um professor modesto, saem da obscuridade e se ombreiam com os notáveis, que são convidados por seu saber ou lá comparecem para advogar as causas de entidades mais ou menos empenhadas na autêntica revolução democrática. O "lobbysmo" encontra, assim, um antídoto e os constituintes são devolvidos ao diálogo com o povo, agora não mais à cata de voto e em busca de eleição.

Essas pessoas atravessam as portas do Parlamento como paladinos de causas particulares de alto significado nacional. Não se apresentam para cobrar "promessas eleitorais". Desfraldam as bandeiras das grandes esperanças e das grandes ilusões, combatem por utopias e lutam pelo nosso futuro: literalmente, põem os constituintes diante das exigências que o fisiologismo, a debilidade e a ausência de programas dos partidos afugentaram do debate constitucional. Enfim, vemos o mundo pelo avesso. O povo inunda a ANC e abarrota as subcomissões de propostas, de informações e de sonhos. O subterrâneo sobe à tona em todo o seu esplendor e sublinha o quanto o nosso Estado é pobre e o nosso governo, mesquinho.

O que acontecerá em seguida? Essa avalanche de pessoas, grupos, entidades e instituições se interromperá brevemente. Em campo, manobrando ativamente, só ficarão os agentes do "lobbysmo". A voz do povo só voltará através das petições, quando o projeto de Constituição estiver na pauta de discussão da Comissão de Sistematização. Levantam-se duas perguntas. O "lobbysmo" vencerá a batalha? Ou o povo abriu as comportas da história em processo de uma vez por todas? Na verdade, nem todas as subcomissões tiveram a mesma sorte. Algumas só estão sofrendo a forte pressão do "lobbysmo". Noutras, o "lobbysmo" não foi esmagado, apenas teve o seu espaço reduzido. Não obstante, os constituintes dispõem de maior flexibilidade para enfrentar as correntes internas do forte conservadorismo imperante nos partidos da ordem e a opacidade burguesa, que se oculta habilmente por trás do manto protetor do reacionarismo político.

No seu todo, essa é uma situação peculiar. A falta de organização dos partidos da ordem conduziu-os a um impasse. Ao aceitarem os caminhos da iniciativa popular o que fizeram porque não possuíam programas e projetos políticos constitucionais propriamente ditos — permitiram que os cidadãos invadissem a cidadela dos políticos profissionais e dessempenhassem, pelos menos por um curto período, os papéis de "representantes do povo". O dito está dito. Toneladas de papéis desabaram sobre as subcomissões e, agora, não há como ignorar o seu conteúdo. O desafio está lançado. Não há como ignorar o que a maioria espera dos constituintes.

Essas são as duas pontas de um dilema político, que o conservadorismo das classes dominantes não tem como negligenciar. Elas se garantiram aqui e ali, nas subcomissões que lhes pareciam "essenciais" para defesa da ordem. Todavia, como absorver o impacto da mudança vinda e imposta de baixo para cima em alguns pontos e ignorá-lo em outros? Se se quiser, por exemplo, modelar um Estado de segurança nacional será preciso guarnecer todas as muralhas da fortaleza. E isso ficou impraticável. Tornou-se também um jogo arriscado, na qual os defensores obstinados da ordem existente não poderão mais avançar sem temor, como acontecia anteriormente. O terreno está minado. Os que ergueram a sua voz na ANC não irão querer nem que suas propostas sejam menosprezadas nem que a sua própria voz seja silenciada ou ignorada de novo.

O desafio também é enorme para os que pretendiam uma "Constituição enxuta" ou "sintética". Haverá muita decepção mesmo que o processo constituinte ganhe uma densidade democrática e libertária indiscutível. Procedeu-se a um deslocamento que está indo longe demais. Apesar das discrepâncias e contradições, a voz do povo quer que a Constituição contenha um rol máximo de normas constitucionais. A Constituição se definiu concretamente como uma arma na luta contra o arbítrio. É uma resposta à ditadura e à tutela militar, embutida na "Nova República". Não só se quer explodir a Bastilha — existe o empenho coletivo de partir-se de uma posição avançada na prática de uma democracia de participação ampliada. Enquanto as elites econômicas e políticas das classes dominantes querem breçar o processo constituinte, através do artilho de uma "transição democrática" (delimitada segundo uma equação político-militar como "lenta, gradual e segura"), o empuxe que procede da eclosão popular volta-se espontaneamente por um salto qualitativo, que remete a uma revolução política. Portanto, a voz do povo tal como ela ecoa nas subcomissões aponta na direção da soberania plena da ANC e nega a "revisão constitucional", articulada pelo governo e pelos dois partidos da Aliança Democrática.

É preciso examinar com cuidado os dados dessa situação política. As lutas sociais, que pareciam dormir no subconsciente de uma massa silenciosa de cidadãos apáticos, estavam de fato fervilhando no substrato da sociedade. Subiram rapidamente à superfície e para a sorte imerecida dos donos do poder, graças ao processo constituinte, concentraram-se em torno de uma revolução política dentro da ordem. O dilema, que se explicita até para uma análise superficial, é ineludível. Ou as classes dominantes absorvem essa revolução política, encaixando-a no processo constituinte, por onde ela eclodiu; ou a revolução política se voltará contra as classes dominantes, levando junto, em derrocada, o processo constituinte. A armadilha da transição lenta, gradual e segura voltou-se contra o caçador. A "Nova República" e o pacto conservador dos dois partidos da ordem não suportaram a prova da convocação de uma ABC. O processo constituinte, abrindo-se às pressões da sociedade civil, libera a vitalidade do movimento democrático da sociedade brasileira e conduz à destruição do que subsiste do complexo ditatorial.

Os que pensavam que "podiam fazer a história" vêm-se, de repente,

postos contra a parede. O grau de desenvolvimento capitalista da sociedade brasileira e o nível de desenvolvimento do regime de classes conferiram as lutas sociais uma influência oscilante mas decisiva. A crise econômica, a crise institucional e o imobilismo do governo, que foi apanhado de surpresa por essa evolução inesperada, multiplicaram (e irão multiplicar cada vez mais) a crepitação das lutas sociais e sua atuação como fator histórico instabilizador e construtivo. As composições conciliadoras vão pelos ares. Elas perderam sentido histórico e eficácia política. Aproxima-se rapidamente a hora da verdade, de uma redefinição do ordenamento civil, dos partidos e do Estado. O processo constituinte poderá servir como um condensador dessa redefinição, assinalando o novo ponto de partida; ou poderá ser o foco de um abcesso, que nos devolverá a um regime ditatorial ou desencadeará uma guerra civil.

Parodiando Joaquim Nabuco, podemos dizer que a sociedade abalada deixou escapar pelas fendas de seus alicerces o espírito revolucionário. É paradoxal que o Estado e, dentro do Estado, o Parlamento sejam o meio pela qual esse espírito revolucionário se desvenda com tamanha nitidez. Porém, foram as forças da ordem que encaminham as coisas nesse rumo, certas de que poderiam conter o processo constituinte nos limites de uma revisão constitucional ditada por seu reacionarismo e por seus interesses particulares. Tais cálculos já foram parcialmente frustrados e poderão ser completamente invertidos, se persistirem a insatisfação e a revolta generalizadas que se apossaram da imensa maioria. Os que chegam às subcomissões para defender o democratismo e os interesses coletivos exigem "o preto no branco". Querem uma Constituição analítica, que reflita com inteireza o que todos esperam, que ela desemboque, no mínimo, numa revolução política dentro da ordem. E é exatamente isso que a massa de parlamentares conservadores repudia, o governo sabota e o PMDB apenas finge apadrinhar, paralisado que está pela hegemonia de seus vários "centros" e de sua extrema direita. Tal contraposição indica que as decepções poderão se avolumar, as lutas sociais saírem do âmbito do Parlamento para as ruas e a crise política atingir seu verdadeiro objetivo e um climax incontornável.